



Srs. Presidentes de Câmaras, Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia, Vereadores e Eleitos do Poder Local da Região de Setúbal

Caros Autarcas

Srs. Convidados

Começo com uma palavra de boas vindas ao município do Seixal, deixando uma nota de vivo apreço pela forma expressiva como responderam ao convite para participarem neste Encontro Regional do Poder Local, subordinado ao tema Defender e Valorizar o Poder Local Democrático.

Encontro que tem lugar trinta e sete anos depois de Abril, quando o país e o povo português estão confrontados com a mais grave crise económica e social da nossa história democrática, colocando Portugal num dos mais elevados índices de desigualdade social entre os 27 da União Europeia, com mais de dois milhões de portugueses a viverem no limiar da pobreza, um milhão de trabalhadores em regime de precariedade laboral e a maior taxa de desemprego desde 1974.

Encontro que tem lugar num contexto de profundas preocupações para os autarcas portugueses, colocados perante um quadro sem precedentes de asfixia financeira e de limitação da autonomia do Poder Local Democrático consagrada na Constituição do nosso país.

Poder Local pilar da Democracia, património das conquistas de Abril do Povo Português, indissociável do progresso económico e social de Portugal.

Poder Local Democrático fortalecido na pluralidade, cimentado na participação popular, numa realidade incontornável para a qualidade de vida dos portugueses quando, hoje, assegura 50% do investimento público com apenas 10% dos recursos financeiros.

Neste contexto, é fundamental dizer que o Poder Local em muito pouco tem contribuído para o défice das contas públicas.

É fundamental ter presente que, segundo as previsões para 2011, aponta-se para um défice de 99,3% para as administrações central e regional e de 0,7% para a administração local; e que, relativamente ao ano de 2010, as contas dos municípios, na sua globalidade, se traduziram num saldo positivo de cerca de 157 milhões de euros; e ainda que, em 2009, os municípios contribuíram apenas com 0,66% para os 9,4% do défice público registado nesse ano.

É fundamental reafirmar que as autarquias não são responsáveis pelos “buracos” orçamentais do país, nem pelas políticas que a isso levaram.

É fundamental salientar que os municípios portugueses constituem o grupo de entidades públicas que, nos últimos anos, mais tem contribuído para o esforço de consolidação orçamental do país, posicionando-se na linha da frente no que se refere ao empenho na procura de soluções para o equilíbrio das contas públicas.

É fundamental denunciar o incumprimento sistemático das Leis das Finanças Locais ao longo de anos e de sucessivos governos, como tem acontecido com a actual, aprovada em 2007, e como tantas vezes tem sido sublinhado pelos autarcas pelo efeito profundamente negativo que a sua não aplicação reveste para a autonomia do Poder Local.

Lei das Finanças Locais que continuará a não ser aplicada, agora por subordinação ao memorando da Troika, colocando os autarcas, democraticamente eleitos pela população portuguesa, na inqualificável posição de submissão às ordens dos técnicos da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

Mal vai Portugal de progresso, justiça social, identidade nacional e cidadania quando os burocratas nomeados pelo Poder Económico mandam mais que os democratas escolhidos pelo povo, ao arrepio dos seus sonhos e esperanças, da sua história de trabalho, sacrifícios e luta, do seu amor à liberdade e dos seus direitos conquistados em Abril.

A pretexto da crise económica global e da chamada “ajuda externa” a Portugal, vai-se agravar um caminho de austeridade e recessão, com intolerável perda de serviços públicos, privatizações, aumento do custo de vida e continuada desvalorização de quem trabalha, a par da ausência de estímulos ao consumo, à produção e ao crescimento económico e de uma das mais elevadas cargas fiscais da União Europeia.

O Orçamento de Estado para 2012, apresentado pelo Governo na Assembleia da República, coloca ao Poder Local Democrático um quadro inaceitável de limitações financeiras e de subversão da sua autonomia.

Na proposta de Orçamento de Estado para 2012, que será votada a 30 deste mês, o Poder Local confronta-se com o corte de 120 milhões de euros em relação às transferências de 2011 e de 674 milhões de euros em relação às transferências de 2010, significando uma redução de 25% em três anos; sujeitam-se ainda ao corte de 847 milhões de euros relativamente à não aplicação da Lei das Finanças Locais desde 2010, ou seja, menos 32% em três anos.

Esta é uma situação injusta e desproporcional e que vem agravar ainda mais a contínua diminuição do peso da participação dos municípios nas receitas do Estado, facto que se vem verificando desde 2005 e que contribui decisivamente para a cada vez maior degradação da situação financeira dos municípios, a que assistimos com a drástica redução das receitas provenientes do Orçamento do Estado e o acentuado decréscimo da cobrança de impostos locais e de arrecadação de receitas próprias.

A situação inaceitável é a de que o Poder Central, através de sucessivos governos, tem implementado políticas orçamentais com o crescente aumento dos impostos quando, em simultâneo, nos orçamentos de estado, nos diversos PEC, e agora no âmbito do memorando da Troika, reduz unilateralmente a participação dos municípios nas receitas de estado. No Orçamento para 2012, esta é de apenas 1,31%, a mais baixa de sempre.

Na verdade, o conjunto das medidas do Orçamento de Estado vai muito para além da redução das transferências financeiras, no que respeita ao agravamento da sustentabilidade orçamental dos municípios e à intromissão na sua autonomia administrativa.

São disso exemplo a retenção das verbas para o serviço Nacional de Saúde; a obrigatoriedade, no quadro dos artigos 55º e 56º, da diminuição de passivos e mesmo de encargos assumidos e não pagos; a repercussão brutal do aumento do IVA para 23% na electricidade e na actividade das autarquias na prestação de serviço público à população, quando constitui mais uma arrecadação directa de receita pelo Governo; a obrigatoriedade inusitada do pagamento de taxas a diversos organismos da administração pública configurando o financiamento da sua actividade pelos municípios.

Isto acontece ao mesmo tempo que o acesso ao endividamento é, na prática, quase inexistente quando é sujeito ao rateio das amortizações do ano anterior e limitado aos investimentos no QREN e na reabilitação urbana, quadro que, em face da possibilidade da comparticipação europeia passar para 90%, significaria ter de ser realizado um investimento global de 4 mil milhões de euros, impossível de concretizar.



Mas acontece também ao mesmo tempo que o art.º 198 não garante o acesso do Poder local ao fundo de 1000 milhões de euros para regularização do pagamento de dívidas a fornecedores, num quadro em que não está garantida a consolidação orçamental das autarquias no montante de 2,5 mil milhões de euros, nem na ajuda externa, nem no Orçamento de Estado para 2012.

Importa referir que este montante representa menos de 1% da dívida pública portuguesa.

É ainda indispensável referir a anunciada medida de consignação das verbas referentes ao 13º e 14º meses que vão ser retiradas aos trabalhadores para pagamento de dívidas a fornecedores.

A expressão não pode ser outra que não a de se tratar de uma opção política intolerável.

Deixo, nesse sentido, uma palavra de solidariedade para com os nossos trabalhadores da Administração Local, parte integrante do Poder Local e rosto do serviço público às populações, que irão sofrer uma brutal e impensável redução em 25% dos seus rendimentos, no âmbito das diversas medidas de diminuição de salários e congelamento de carreiras.

Mas se a situação no país é profundamente preocupante, não é menos inquietante a situação na nossa Região onde assistimos, há mais de duas décadas, ao encerramento de centenas de empresas e ao fim de actividades económicas que constituíam âncoras de desenvolvimento estratégico para o próprio país, com a consequente perda de dezenas de milhares de postos de trabalho, sendo a taxa de desemprego na Península de Setúbal e no distrito, desde há muitos anos, superior à média nacional.

Uma Região que tem vindo a ser assolada pelo encerramento de serviços públicos, pelo enorme aumento do tarifário dos transportes públicos, pela falência de muitas micro, pequenas e médias empresas avolumando a perda de postos de trabalho e os níveis de desemprego.

No entanto, a realidade é a de que a Península de Setúbal apresenta índices de desenvolvimento ao melhor nível do país em áreas essenciais para a qualidade de vida da população:

do abastecimento de água ao tratamento de efluentes; do parque escolar do 1º ciclo à rede pública de jardins-de-infância; da cobertura de bibliotecas públicas aos equipamentos culturais e desportivos; ou, ainda, na qualidade dos serviços públicos prestados pelas autarquias da região; na rede dos equipamentos colectivos, na preservação do património, na sustentabilidade ambiental, nas infra-estruturas de acessibilidades municipais, nos programas de regeneração urbana e na modernização administrativa.

A realidade é que a população da região vive melhor em muito do que tem a ver com o trabalho e investimento do Poder Local em estreita ligação com os agentes locais e regionais.

A realidade é a de que, na região, o Poder Local e os agentes regionais têm sido promotores do desenvolvimento e mesmo pioneiros na construção de um projecto regional de que são exemplos, ainda na década de 80, o PIDDS – Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal e, no início deste século, o PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal.

A realidade é a de que os sucessivos governos não têm respondido às necessidades de investimento público na região com um Poder Central incapaz na implementação de políticas e programas de promoção do desenvolvimento económico, de criação de emprego e de equidade social, levando ao aprofundamento de assimetrias no quadro da Área Metropolitana de Lisboa e não potenciando o trabalho realizado pelas autarquias e agentes regionais.

A realidade é a de que, num distrito que é o terceiro que mais contribui para as receitas fiscais do estado em Portugal, são intoleráveis as opções políticas e a incapacidade de resposta de sucessivos governos na forma como tem sido penalizada a região e a sua população.



A realidade é a de que os investimentos da responsabilidade da Administração Central, indispensáveis ao progresso regional, à satisfação das necessidades e aspirações das populações, à criação de emprego e à produção de riqueza, fundamentadamente reivindicados pelo Poder Local e pela região há mais de duas décadas foram em grande parte substituídos por sucessivos anúncios e adiamentos.

É indispensável destacar que muitos desses projectos, que não abandonamos, correspondem, por um lado, a propostas do Poder Local e dos agentes regionais a que o tempo deu razão e, por outro, ao contributo da região, em todos os momentos, para opções e soluções que respondam aos interesses do país.

Consideramos, por isso, um profundo erro que o governo decida travar o investimento reprodutivo, abandonando ou colocando em causa projectos viáveis e sustentáveis, essenciais para a superação da crise, o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

Foi perante este contexto que a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Delegação Distrital de Setúbal da Associação Nacional de Freguesias decidiram a realização deste Encontro, sob o lema “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”, que pela primeira vez reúne o conjunto de eleitos de todos os órgãos autárquicos, visando contribuir para a unidade e a coesão dos autarcas em defesa do Poder Local Democrático, tal como a nossa Constituição o caracteriza.

O lema deste Encontro deve ser entendido como uma resposta clara, inequívoca e construtiva dos eleitos locais da Região no quadro dos graves problemas com que estão confrontados, em defesa dos serviços públicos prestados às populações, da promoção do desenvolvimento, da elevação das condições de vida das comunidades, das autarquias como pilares fundamentais da organização democrática do Estado com todas as condições para contribuírem para a superação das dificuldades do País.

Na nossa Região, foi o Poder Local Democrático, nascido com o Portugal de Abril e consagrado na sua Constituição, que, mesmo sem a instituição em concreto das Regiões Administrativas, operou transformações determinantes, consolidando e aprofundando a construção da democracia, estimulando a participação popular na resolução dos seus problemas, disseminando o investimento público, reduzindo assimetrias, democratizando o acesso à cultura e ao desporto, criando uma rede de infra-estruturas ao melhor nível dos países mais desenvolvidos, prestando serviços públicos de qualidade.

Não poderíamos, assim, nós – os eleitos locais – em face das ameaças que pairam sobre o Poder Local Democrático e dos desafios que se nos colocam nestes tempos dramáticos de profunda crise, não só económica e social mas também de valores e de frequente falta de ética, deixar de ter uma palavra e tomar uma posição sobre um Poder Local que também é uma construção nossa em conjunto com as populações, o movimento associativo, as comunidades educativas, o tecido empresarial e os demais agentes de desenvolvimento local.

Este Encontro, pelo nível de participação, já confirmou a importância e a justeza da decisão da sua realização.

Todos aqueles que consideram que não existe um verdadeiro Poder Local sem autonomia, sem democracia, sem os meios humanos e financeiros adequados ao exercício das suas atribuições e competências não podem aceitar políticas que tomam as autarquias locais por meros serviços desconcentrados da administração central.

Com as medidas constantes da proposta de Orçamento do Estado para 2012 e do chamado Documento Verde para a Reforma da Administração Local, o que pode estar em causa é o estrangulamento financeiro das autarquias, quer pela drástica redução da sua participação nas receitas do Estado, quer pelas regras em matéria de encargos assumidos e não pagos e de endividamento; mas seria, igualmente, a violação do princípio constitucional da autonomia com as imposições de redução do número de trabalhadores e em matéria de organização interna, com a diminuição de cargos dirigentes, com as restrições à liberdade de associação das autarquias e a imposição de um associativismo obrigatório; constituiria a limitação do carácter democrático do Poder Local e, consequentemente, de órgãos



autárquicos, com a redução do número de eleitos em todos os órgãos, diminuindo a representatividade, com o fim da eleição directa das Câmaras Municipais e o fim da participação plural de eleitos neste órgão, resultando em que largos sectores das populações não estariam representados nas suas Câmaras Municipais.

Estes são apenas alguns elementos de uma estratégia global de alteração da organização democrática do Estado ao nível local que, a concretizar-se, significaria o empobrecimento da vida política do país, criando autarquias sem capacidade para dar resposta aos problemas e anseios das populações, abrindo espaço à criação de novas áreas de negócio para privados, desqualificando o serviço público prestado, aumentando a factura que as populações terão de pagar.

É esse Poder Local Democrático que, por todo o País, foi e continua a ser capaz de diminuir assimetrias, democratizar o investimento público, atenuar muitas das consequências das políticas que ao longo das últimas décadas conduziram Portugal à beira da falência; é esse Poder Local Democrático, dizia, que, com este Encontro, defendemos e valorizamos, criando um consenso alargado quanto à necessidade de combater as tentativas de o enfraquecer, afirmando-o como um suporte indispensável a um Portugal mais justo e desenvolvido, capaz de enfrentar os desafios e os obstáculos existentes, continuando a estar ao serviço das populações, do desenvolvimento e do bem-estar.

Depois deste Encontro, importa continuar a aprofundar este debate, reforçando a unidade e a coesão de todos os autarcas em defesa do Poder Local Democrático, reafirmando os caminhos que rompam com a austeridade e a recessão e sejam geradores de desenvolvimento, progresso e bem-estar económico e social.

Estou certo que os trabalhos deste Encontro, ao longo da tarde, virão confirmar e reforçar as posições dos eleitos locais da Região, em nome das necessidades das nossas populações e das conquistas inalienáveis de Abril.

Agradeço, mais uma vez, a vossa presença, e desejo a todos uma boa tarde de trabalho.

Alfredo Monteiro

Presidente da Câmara Municipal do Seixal

e do Conselho Directivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal

